

*A vocação totalizante da história oral e
o exemplo da formação do acervo de entrevistas do CPDOC**

Verena Alberti, Brazil
CPDOC-FGV

Abstract

This paper discusses the oral history vocation to totality taking as example the formation of the CPDOC's (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas) oral history archive. As "vocation to totality" we consider specially the construction of senses and syntheses of the past and the hermeneutical perspective in which oral history is inserted.

I

A aproximação do fim do milênio produz um "espírito milenarista" duplamente marcado. De um lado, um certo fascínio pelo *fim* - o fim da história, o fim da modernidade - e pelo desconhecido que sucederá; de outro, um retorno ao passado, que, embora em parte desconhecido, não implica riscos. Essa é talvez a posição em que nos encontramos atualmente e que possivelmente justifica tanto o fascínio pela pós-história quanto o sucesso da história.¹

O tema deste X Congresso Internacional de História Oral — "Desafios para o século XXI" — bem se presta a uma reflexão sobre o lugar da história oral nesse contexto de fim de milênio.

Dois paradigmas da modernidade nos ajudam a situar a história oral muito mais do lado de um retorno ao passado, de uma construção totalizadora, do que do lado de um fascínio pela fragmentação e dissipação de significados.

O primeiro é o *indivíduo como valor*, que parece funcionar como compensação totalizadora, frente à fragmentação e ao nivelamento de todos os domínios.² Ao tempo indistinto, linear e racional do mundo moderno contrapõe-se a densidade de significados da biografia, a experiência particular do indivíduo:

* Trabalho apresentado no X Congresso Internacional de História Oral, Rio de Janeiro, 1998.

¹ Tomo emprestada essa introdução ao professor Hans Ulrich Gumbrecht, da Universidade de Stanford (EUA), que evocou justamente o "espírito milenarista" no início de seu curso "Pós-histórico e pós-hermenêutico", ministrado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em maio de 1996.

² Veja-se, a esse respeito: Luiz Fernando Duarte, "Três ensaios sobre pessoa e modernidade", *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro (41), 1983, e *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Brasília, CNPq, 1986), bem como Eduardo Viveiros de Castro & Ricardo Benzaquen de Araújo, "Romeu e Julieta e a origem do Estado", in Gilberto Velho (org.) *Arte e*

A vida de cada sujeito passa a constituir um microtempo fundamental, espelho e demonstração de sua realidade cósmica. O que só se compreende totalmente na medida em que o próprio indivíduo passou a ser um micro-universo, sujeito absoluto e autônomo, em torno de cujos atributos se passa a ver, por exemplo, movida a História.³

Contar e ouvir contar a história de uma vida ou de uma experiência de vida é participar do esforço de constituição de um sentido e de uma síntese para o passado. Philippe Lejeune salienta, com relação à autobiografia, a *exigência da significação*, que engendra a própria estrutura do texto:

Não se pode assumir sua vida sem de certa forma fixar-lhe um *sentido*, nem englobá-la, sem fazer sua *síntese*; explicar quem éramos sem dizer quem somos.⁴

Ora, numa entrevista de história oral, essa busca de sentido e de síntese se faz a todo momento, não só com relação à trajetória de vida do entrevistado, como também com relação a todo o passado em questão. Os relatos vão ganhando sentido à medida em que vão sendo narrados, acumulando-se uns aos outros. Uma entrevista de história oral é também um projeto de pôr em ordem, de dar sentido e coerência, de totalizar, portanto, a experiência antes fragmentada.⁵

O segundo paradigma é o da *hermenêutica*, aqui entendida como modo de pensar difundido em diversos campos do mundo moderno, e que privilegia, entre outras coisas, a *interpretação* do mundo, a busca de um sentido “mais profundo” das coisas.⁶ O modo de pensar hermenêutico preconiza a necessidade de se colocar o tempo, o passado e as tradições em uma estrutura significativa, novamente para pôr em ordem aquilo que antes não se deixava apreender.

Um dos autores mais importantes da hermenêutica contemporânea é Wilhelm Dilthey (1833-1911), para quem a hermenêutica é o fundamento das ciências humanas, que se consubstanciam com base na *compreensão*. É interessante notar como os fundamentos da teoria de Dilthey são semelhantes aos princípios normalmente evocados em trabalhos de história oral. Para compreender o homem, diz Dilthey, é necessário compreender nossa historicidade; as ciências humanas devem ter como pontos de partida e de chegada a vivência concreta, histórica e viva.

A fórmula hermenêutica de Dilthey compreende *vivência, expressão e compreensão*. A vivência é a menor unidade das ciências humanas, e tem também um atributo transcendental, porque a vida é *tudo*, e esse tudo vem expresso nas produções humanas. Compreender é tornar a vivenciar a partir daquilo que é expresso, é colocar-se na posição do outro, e esse processo traz como resultado o alargamento de nosso horizonte de possibilidades.

sociedade: ensaios de sociologia da arte (Rio de Janeiro, Zahar, 1977), e Louis Dumont, *Essais sur l'individualisme* (Paris, Seuil, 1983).

³ Duarte, 1983:37.

⁴ Philippe Lejeune, *Le pacte autobiographique* (Paris, Seuil, 1975): 174.

⁵ Sobre a noção de projeto como elaboração consciente e tentativa de dar sentido à experiência fragmentada, ver Gilberto Velho, *Individualismo e cultura* (Rio de Janeiro, Zahar, 1981).

⁶ Veja-se, a esse respeito, Verena Alberti, “A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica”, *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.9, n.17, 1996).

Ora, no trabalho com a história oral também se privilegia a vivência concreta como menor unidade capaz de nos fazer compreender o outro, o passado, o “humano”, expresso no “texto” da entrevista. E considera-se também que, ao colocarmo-nos na posição de outrem, é possível alargar nossas próprias experiências e possibilidades. Podemos dizer que o trabalho com a história oral é uma experiência hermenêutica e, por isso mesmo, totalizante.

II

Vejam agora como tal vocação totalizante se faz presente no caso da formação do acervo de entrevistas do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).

Em 1975, dois anos depois da criação do CPDOC, começaram a ser realizadas, pelos pesquisadores da instituição, as primeiras entrevistas de história oral, num momento em que essa metodologia se firmava como novidade no mundo acadêmico internacional.

Não há dúvida de que a concepção inicial do programa de história oral do CPDOC, formulada por Aspásia Camargo, marcou profundamente o processo de formação do acervo. Chama atenção, nos primeiros projetos e relatórios, uma forte convicção acerca do caráter totalizante do trabalho que se estava inaugurando. Assim, por exemplo, o documento de história oral é tido como um “todo coerente”, em contraposição ao caráter fragmentado dos documentos de arquivo, como se lê no primeiro projeto institucional do programa:

O material dos arquivos tem uma peculiaridade: a informação nele contida chega ao pesquisador de maneira desigual e descontínua (...). Os dados de entrevista, ao contrário, constituem um *todo coerente* e apresentam uma lógica própria, definida em função das histórias de vida, dos objetivos da investigação e da instituição que a promove.

O potencial totalizante não pára por aí. Em um documento de trabalho de 1979, encontramos um item intitulado “Balanço metodológico: história oral e história de vida”, no qual Aspásia Camargo diferencia a história oral adotada “nos países que dispõem de uma vigorosa tradição historiográfica e que zelosamente conservam o material indispensável à sua permanente atualização” daquela adotada em países como o Brasil. Nos primeiros, “a história oral tem se desenvolvido como *fonte complementar* de informação histórica, com a função de um ‘banco de dados’, como o que existe na Universidade de Columbia”, ou com o “objetivo de enriquecer a documentação oficial, limitada pelo formalismo das leis”, como é o caso do trabalho de Dominique Aron-Schnapper e Danièle Hanet sobre as instituições sociais. E o documento continua:

Já em áreas do conhecimento mais carentes, em que o registro histórico é precário ou nulo — pelo desinteresse acadêmico, pela omissão da imprensa ou dos meios de comunicação —, cabe à história oral exercer uma *função globalizadora* de coleta de informações verbalmente transmitidas pelos participantes e testemunhas dos acontecimentos a que se reporta. (...) Em países como o nosso, onde inexistente uma tradição historiográfica consolidada, a

importância estratégica da história oral transcende, portanto, as funções mais clássicas de complementaridade (...) e se enquadra mais, a nosso ver, nessa *perspectiva totalizante*.

Vejamos, ainda, como essa "perspectiva totalizante" se coaduna com a capacidade da história oral nos levar a algo próximo de um *conhecimento* também "total":

Nesse quadro de carência crônica, onde os vazios se estendem sobre amplos domínios do conhecimento, e se prolongam por décadas, cabe à história oral *recuperar a unidade, continuidade e fluxo dos acontecimentos*.

No documento de 1979, fica claro que um dos maiores "espaços vazios" do conhecimento era, naquele momento, a história política contemporânea brasileira. O objeto de investigação, as "elites políticas brasileiras", carrega também um caráter totalizante:

No CPDOC, a tentativa de explorar mais em profundidade um programa de entrevistas com as elites políticas brasileiras encaminhou-se, desde logo, no sentido de articular eventos sucessivos que permeiam a trajetória dos seus atores, e que lhes conferem seu verdadeiro significado social e político. Aliando as informações biográficas (origem social, socialização cultural e política, desempenho em cargos públicos e acontecimentos históricos, redes de influência e relações de lealdade, vinculações regionais e formas de reprodução política) aos marcos históricos significativos de nossa vida política, foi possível acumular dados qualitativamente relevantes sobre o período pós-30.

Cabe observar aqui, aliás, uma característica que também aparece em outros contextos nacionais. A história oral parece ser uma metodologia particularmente apropriada quando o que está em jogo é o processo de "digestão" da própria história. Para alemães, por exemplo, ela oferece uma possibilidade concreta e particularmente densa de compreender por que e em que medida se deu a adesão ao nazismo.

Não é por acaso que em grande número de estudos a noção de "elaboração do passado" seja empregada, para designar aquele processo de "digestão".⁷ Trata-se da idéia de trabalhar um acontecimento ou experiência para, de alguma forma, superá-lo, como ocorre em uma terapia. É como se a história oral possibilitasse uma espécie de terapia coletiva — e aqui aparece, novamente, sua vocação totalizante, porque uma terapia é antes de tudo um esforço de dar um sentido e uma coerência ao passado.

No caso específico de um passado marcado pela guerra e pela adesão ao nazismo, a ênfase recai sobre uma elaboração social do passado, que a metodologia da história oral tornaria particularmente viável. Dito de forma simplificada, é como se o pesquisador estivesse se perguntando por que os acontecimentos tomaram o curso que tomaram, para evitar uma repetição do "mal" e garantir um futuro democrático.

⁷ Isso é especialmente significativo para os trabalhos publicados na Alemanha, como já tive ocasião de discutir, no texto "História oral na Alemanha: semelhanças e dessemelhanças na constituição de um mesmo campo", apresentado no XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), realizado em outubro de 1996, em Caxambu (MG).

No caso do CPDOC, nos anos 1970, também havia uma pergunta semelhante subjacente ao trabalho de constituição do acervo de entrevistas. Uma pergunta do tipo “por que nossa história tomou o rumo que tomou?”, ou ainda “por que deu errado?”. Não a guerra, não o nacional-socialismo seriam objeto de nossa *elaboração*, mas o fracasso na constituição de um estado de direito. Estudar a “Trajetória e o desempenho das elites políticas brasileiras”, como se intitulava então o projeto do programa de história oral, era aproximar-se dos processos de decisão e da cultura política que haviam levado ao regime militar de 1964. E, de certo modo, essa pergunta — assim como a pergunta sobre a adesão ao nazismo no caso da Alemanha — permanece sendo nossa questão fundamental: por que as elites brasileiras não exercem o papel que lhes cabe, a fim de que, finalmente, o país tome o rumo certo? Claro está, então, que a entrevista de história oral registra não apenas as experiências e visões de mundo dos entrevistados, mas, mais do que qualquer outro documento, as intenções do pesquisador em trabalhar o passado para talvez superá-lo.

Dentro desse projeto, é claro que a *história de vida* oferece uma abordagem mais completa, tornando-se, ela também, elemento totalizante. No projeto inicial do programa, já fica clara sua função de ligação entre tempo histórico social e tempo biográfico:

A reconstituição de histórias de vida induz igualmente à integração factual dos dados, na medida em que cada personagem apresenta-se como suporte significativo da ação política e, como tal, integra organicamente, em sua narrativa, acontecimentos históricos dissociados ou aparentemente díspares.

E no documento de 1979, a importância crucial da história de vida é retomada:

Se as entrevistas de história oral têm ido além do mero armazenamento de dados, sugerindo e respondendo a questões pertinentes sobre o sistema político, as formas de controle e reprodução do poder, os cortes geracionais que se superpõem aos processos de mudança e a própria natureza da função política e pública, isso se deve em parte ao fato de que optamos metodologicamente pela reconstituição de *histórias de vida*, que oportunamente fazem coincidir a reflexão do depoente com aquilo que ele melhor conhece, que é o fluxo e a sucessão de acontecimentos que compõem sua existência, enquanto homem público e como indivíduo.

Ou seja, todos os elementos têm total interdependência: a *história oral* como totalizante e globalizadora, a *história política* como objeto de estudo “total” para compreender a história contemporânea brasileira e a *história de vida* como metodologia a mais adequada para alcançar esse objeto.

Chama atenção, sem dúvida, a clareza e a precisão de tal projeto, no interior do qual todos os elementos combinam entre si, desde a inserção institucional até a relevância do objeto e a propriedade das opções metodológicas. Possivelmente essa forte coerência inicial é em grande parte responsável pelo êxito do programa.

Mas ainda não esgotamos a perspectiva totalizante. Ela também aparece, ainda no projeto inicial, em função do público que se pretende beneficiar com o trabalho a ser realizado. De acordo com o projeto, os beneficiários do programa seriam de dois tipos, basicamente. Em primeiro lugar,

pesquisadores de diferentes especialidades (historiadores, economistas, sociólogos, cientistas políticos), interessados no estudo de diferentes aspectos do período coberto pelas entrevistas a serem realizadas, e suas respectivas instituições.

Ou seja, praticamente todas as disciplinas das ciências humanas estariam beneficiadas pelo projeto. Mas não é só. As próprias características da história oral permitem que se almeje ir bem mais longe:

A longo prazo, o programa pretende atingir, por diferentes canais de divulgação, o cidadão comum, familiarizando-o com seu passado histórico e com as raízes remotas e imediatas de sua própria cultura: condição indispensável à formação da consciência cívica de um povo.

Podemos inferir: em países em que o registro histórico é precário ou nulo, a história oral é uma solução não apenas para os vazios de conhecimento, mas também para a formação de um sentimento (totalizante) de nação. O projeto do CPDOC é, portanto, totalizante também em função de seu desejo de alcançar o público mais amplo, e não apenas o acadêmico - e nesse aspecto ele não se diferencia em absoluto de outros programas de história oral.

E porque se deseja alcançar um público mais amplo, a própria condução das entrevistas deve ser adaptada a esse objetivo, obtendo-se informações para uma gama grande de interesses. É o público, de um lado, e o entrevistado, de outro, que determinam a condução dos trabalhos, conforme estabelecido já no projeto inicial:

O sentido ético e científico que preside a orientação do programa (...) define-se duplamente: com relação aos potenciais *usuários* e, nesse sentido, para melhor atendê-los, as informações obtidas devem ser precisas, amplas e diversificadas, tendo em vista interesses diferentes; e com relação ao personagem *entrevistado*, com o qual os compromissos éticos são mais profundos, na medida em que depoimentos confidenciais ganham um caráter público, com todas as implicações que daí decorrem. Por essa razão, impõe-se a necessidade de um programa com normas de trabalho prévia e rigidamente definidas, orientadas no sentido de assegurar os direitos daqueles que nos delegam, generosamente, informações preciosas, e de criar o contexto dentro do qual o caráter científico da informação não seja desvirtuado.

Finalmente, como se pode depreender da última frase citada acima, a perspectiva totalizante atinge as próprias normas de trabalho: desde o início, havia consciência de que era necessário ter regras claras para garantir a viabilidade do projeto. Muito provavelmente por essa razão, também, o programa só se constituiu enquanto tal após a realização do primeiro curso de história oral, na Fundação Getúlio Vargas, em julho de 1975, com patrocínio da Ford Foundation e da Finep.

III

É claro que, entre fins dos anos 1970 e fins dos anos 1990, houve mudanças na constituição do acervo de entrevistas do CPDOC. Atualmente ele conta com mais de

3.000 horas de entrevistas gravadas. No total, são 674 entrevistas, 3.314 horas de gravação, 3.244 fitas cassete, 1.640 fitas rolo e 45 fitas de vídeo. Este acervo bruto é ponto de partida de diversas produções do CPDOC, como textos de análise, publicações de entrevistas editadas, livros sobre temas tratados em determinados conjuntos de entrevistas, teses acadêmicas etc. Parte desse acervo, até o momento um total de 289 entrevistas, foi transcrita e processada, estando à disposição do público de pesquisadores. Outra parte, 54 entrevistas, encontra-se aberta à consulta na forma de escuta.

Apesar de mudanças ocorridas na constituição e no tratamento das entrevistas, da ampliação temática e do aumento do volume do acervo, certas características iniciais nunca se perderam e passaram a constituir a identidade institucional do programa de história oral do CPDOC.

Quanto à vocação totalizante, claro está que não constitui atributo exclusivo do acervo de entrevistas do CPDOC. O campo da história oral é muito mais construtivista do que desconstrutivista (e lembremos das inúmeras vezes em que ouvimos dizer que “história é construção”, que o entrevistado constrói o passado etc.); é muito mais totalizante do que fragmentador. Nele, o papel central é do indivíduo único e singular, de sua experiência de vida concreta, histórica e viva, que, graças à compreensão hermenêutica, é transformada em expressão do humano.

Às portas do século XXI, é importante que os pesquisadores que trabalham com a história oral tenham consciência dessa sua vocação totalizante, para melhor enfrentar os desafios de um mundo em que a fragmentação e a dissipação de significados, o desaparecimento do sujeito e o privilégio da superfície (em detrimento da profundidade) também estão na ordem do dia.